

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 094

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 16 DE AGOSTO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 06: Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; PSL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 071ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
16 DE AGOSTO DE 1999**

(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Caíto Quintana, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppino, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1753

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada por 10 sessões, do Projeto de Lei nº 143/97, item 03, em 2ª discussão, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 16.08.99.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1755

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 16.08.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1746

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 15/97.

Sala das Sessões, em 16.08.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 1757

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Comando Geral do Corpo de Bombeiros (Nunes Machado, 100 - Curitiba), pelo lançamento do projeto "Um Bombeiro em Cada Casa".

Sala das Sessões, em 16.08.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

No mês de maio de 1999, o Corpo de Bombeiros do Paraná deu início ao projeto governamental denominado "Um Bombeiro em Cada Casa". Em data de 01 de agosto (domingo último) ocorreu o lançamento da segunda fase do projeto, que se estenderá por todo o ano de 1999, com a programação de várias atividades como visitas e palestras em escolas, clubes de serviços, associações de moradores, indústria, hospitais e no comércio em geral.

O objetivo maior do Comando do Corpo de Bombeiros, foi promover uma campanha educativa em todo o Estado do Paraná, através de suas unidades operacionais, para reduzir os riscos contra incêndios, calamidades e acidentes em geral à população paranaense, além de promover uma maior

integração entre o Corpo de Bombeiros e a comunidade.

O programa será levado a efeito de forma direta, nos municípios onde estão implantados frações do Corpo de Bombeiros, e de entidades de classe e associações representativas.

Todo o trabalho será realizado por equipes treinadas, fazendo assim com que a população tenha uma explicação de forma mais simples e segura de como proceder em casos de emergências.

O Corpo de Bombeiros lançou cartilhas educativas, personalizadas de acordo com cada região do Estado. São cartilhas com ilustrações e que explicam de forma didática e acessível como o cidadão deve proceder em casos de emergência e ainda como efetuar a chamada do Corpo de Bombeiros em casos que exijam a sua ação.

REQUERIMENTO Nº 1744

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig, solicitando a iluminação do trevo de acesso ao Município de Cianorte, PR-323, km 074.

Sala das Sessões, em 16.08.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O referido pleito está embasado na razão de que, desde a sua execução, o referido trevo de acesso, tem causado inúmeros problemas aos usuários daquela rodovia. Outrossim, o citado trevo, recentemente, foi diretamente o causador de um grave acidente, onde foram vitimadas quatro pessoas da mesma família, no Município de São Manoel do Paraná, inclusive a Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal. Assim, por ser um pleito já requerido há anos, inclusive foi objeto de emenda orçamentária - Projeto de Lei nº 390/98 - emenda esta de número 002559, no valor de R\$ 48.000,00.

Isto posto, rogo o apoio dos demais colegas desta Casa, para ver solucionados os graves problemas do trevo de acesso a Cianorte.

REQUERIMENTO Nº 1749

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando agilização na liberação dos recursos do Programa "Paraná 12 Meses" para o Município de Entre Rios do Oeste.

Sala das Sessões, em 16.08.99.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1751

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretária de Estado da Educação, Sra. Alcione Saliba, solicitando providências para que o resultado da Assembléia realizada no Colégio Estadual Jorge Queiroz Neto, no Município de Piraí do Sul, relativo ao processo de adesão ao PROEM - que deliberou pela sua reprovação - seja transformada em resolução, bem como se faça cumprir ao artigo 2º da Resolução nº 4394/96, desta Secretaria, que estabelece o retorno dos cursos profissionalizantes de Magistério e Contabilidade - com oferta de vagas para a partir do ano 2000, e a permanência do curso de Educação Geral.

Sala das Sessões, em 16.08.99.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Em dezembro de 1996 o Colégio Estadual Jorge Queiroz Neto, Ensino de 1º e 2º Graus e Supletivo, do Município de Piraí do Sul, realizou assembléia de consulta sobre a adesão/não adesão ao PROEM. No entanto, esta assembléia não cumpriu o artigo 1º da Resolução nº 4.394/96 da SEED, uma vez que não houve participação de professores, funcionários e alunos, mas de apenas 30 pais de alunos. O resultado desta assembléia foi 15 votos a favor do PROEM, 14 contrários e um voto nulo.

Com base no artigo 13, Parágrafo Único, do Estatuto da APM (que determina que as deliberações da Assembléia Geral devem ser aprovadas por metade mais um dos sócios presentes), e no artigo 1º da Resolução 4.394/96 da SEED, alguns pais de alunos requereram, na Justiça Comum, a realização de uma nova Assembléia para deliberar sobre o assunto.

No dia 09.02.99, a Justiça determinou a realização de uma nova Assembléia, que deveria acontecer num prazo máximo e improrrogável de 45 dias. Em cumprimento à determinação judicial, a nova Assembléia foi realizada no dia 18.03.99, desta vez com a participação de toda a comunidade escolar (pais, alunos, professores e funcionários). O resultado da votação foi 95 votos favoráveis ao PROEM, 301 contrários, 3 votos nulos e um branco, decidindo a comunidade escolar, portanto, pela não adesão ao PROEM.

A comunidade de Piraí do Sul, professores, alunos, vereadores, comerciantes, reivindica portanto (como pode-se notar no abaixo-assinado em anexo), providências urgentes da Secretaria de Estado da Educação, para que o resultado da referida Assembléia, que optou pela não adesão ao PROEM, seja transformada em resolução e o cumprimento do artigo 2º da Resolução nº 4.394/96

desta Secretaria, que estabelece o retorno dos cursos de Magistério e Contabilidade, com a oferta de vagas para a partir do ano 2000, e a manutenção do curso de Educação Geral. Uma vez que o Governo do Estado prevê a consulta à comunidade escolar, lhe dando o direito de opinar e decidir sobre a adesão ou não ao PROEM, entendemos que é perfeitamente legítima a reivindicação da comunidade piraiense.

REQUERIMENTO Nº 1752

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados expedientes ao Exmo. Sr. Dr. Cândido Martins de Oliveira, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Exmo. Sr. Cel. Luiz Fernando de Lara, DD. Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando que sejam tomadas providências para a instalação de uma Companhia da Polícia Militar no Município de Capanema-Paraná.

Sala das Sessões, em 16.08.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A solicitação para a instalação de uma companhia da Polícia Militar em Capanema justifica-se por inúmeros fatores, destacando-se a existência da ponte internacional que liga o referido Município a Andresito, na República Argentina.

Além disso, a pavimentação da estrada Capanema - Marmelândia acarretou um elevado fluxo de tráfego de veículos e pessoas que se utilizam dessa rodovia fazendo a ligação do Sul do país com o Mato Grosso, evidenciando a necessidade de um policiamento preventivo na manutenção da segurança pública.

REQUERIMENTO Nº 1756

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER, solicitando providências no sentido de efetuar obras de reparos e manutenção na PR-082 - Rodovia dos Minérios.

Sala das Sessões, em 12.08.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A PR-082, mais conhecida como Rodovia dos Minérios, encontra-se em péssimas condições de conservação.

A população que reside e trabalha no local, bem como os usuários de transporte coletivo que trafegam diariamente pela rodovia, têm reclamado

constantemente da situação precária em que ela se encontra - um grande número de buracos, alguns de dimensões enormes tomam conta da pista que, com tráfego intenso e constante, apresenta um elevado risco aos que dela necessitam.

Ainda, há buracos que avançaram pelo acostamento e um deles está servindo até de depósito de lixo para quem passa pelo local.

Esta situação, que tem colocado em risco a vida dos que por ali trafegam, não pode continuar. Para isso, solicitamos que o DER tome as necessárias providências no sentido de efetuar reparos e manutenção no local.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 426/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a firmar convênio entre as Secretarias de Estado da Saúde, da Indústria e Comércio e da Ciência e Tecnologia, (via TECPAR) para que o Consórcio Paraná Medicamentos passe a produzir e comercializar medicamentos a preços populares para todas as prefeituras do território paranaense.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrárias.

Sala das Sessões, em 16.08.99.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O eterno complexo de inferioridade da então quinta Comarca de São Paulo ainda persiste em nos colocar em situação humilhante sob as mãos paulista em termos de compras de medicamentos com preços populares. Agora mesmo assistimos constrangidos as imposições e o pouco caso da fundação para o Remédio Popular (a FURP) de São Paulo para com o atendimento dos nossos municípios paranaenses. De uma lista de cem tipos de remédios solicitados pelas prefeituras apenas 30 itens continuam constando e assim mesmo com demora no prazo de entrega, além dos preços altos. Diante destes fatos é que propomos esta lei autorizatória para que em regime de urgência possa o Consórcio Paraná Medicamentos a produzir e comercializar medicamentos populares juntos a todas prefeituras paranaenses colocando assim um fim nesta humilhação sobre os prefeitos e população do nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 427/99

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a União Mocidade Evangélica de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.08.99.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A União da Mocidade Evangélica de Paranaguá foi fundada com o objetivo de congregar os jovens do Município de Paranaguá e do litoral paranaense numa cruzada cívica-cristã evangelista, procurando propiciar o desenvolvimento do espírito de iniciativa e das qualidades inerentes da nossa juventude.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 428/99

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAE de Lindoeste, com sede e foro no Município de Lindoeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.08.99.

(a) THIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

A APAE de Lindoeste é uma sociedade civil, filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional, sem fins lucrativos, tendo entre suas finalidades a promoção de medidas de âmbito municipal que visam assegurar o ajustamento e o bem estar dos excepcionais.

A entidade encontra-se registrada sob nº 1.950, do livro A, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas da Comarca de Cascavel, desde 20/04/95, e preenche todos os requisitos da Lei nº 6.994, de 10/01/78, que regulamenta a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 429/99

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterada a Lei Estadual nº 12606/99, de 06.07.99, em seu art. 1º, parágrafo único, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º -...

Parágrafo Único - Ficam incluídos os Municípios de Espigão Alto do Iguaçu e Três Barras do Paraná, na área de abrangências da CIRETRAN de Quedas do Iguaçu.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.08.99.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

Justificamos o presente projeto de lei tendo em vista que o Município de São Jorge d'Oeste, anteriormente jurisdicionado à 31ª CIRETRAN, com sede em Dois Vizinhos, necessita continuar naquela jurisdição, pelos seguintes motivos, em especial:

1º - A distância que separa São Jorge d'Oeste de Dois Vizinhos é de apenas 18 (dezoito) quilômetros, enquanto que Quedas do Iguaçu, dista aproximadamente 60 (sessenta) quilômetros;

2º - Com a já efetivada elevação da Comarca de Dois Vizinhos à condição de Entrância Intermediária, o Município de São Jorge d'Oeste passou a fazer parte daquela Comarca Judicial;

3º - A estrutura bancária existente em Dois Vizinhos supre as necessidades de atendimento da população de São Jorge d'Oeste;

4º - A estrutura hospitalar existente em Dois Vizinhos presta atendimento também em grande escala à população de São Jorge d'Oeste;

5º - A empresa SADIA, que abate atualmente 350.000 (trezentos e cinquenta mil) aves/dia, tem um considerável número de aviários do sistema de integração construídos no território de São Jorge d'Oeste.

Estas, Senhores Deputados, são atividades que fazem com que diariamente um grande número de pessoas residentes em São Jorge d'Oeste tenham a necessidade de deslocarem-se ao Município de Dois Vizinhos. A continuidade do atendimento também na área do Trânsito na cidade de Dois Vizinhos à população são-jorgense é de extrema necessidade e de fácil viabilidade, pelos motivos acima expostos e outros também.

Assim sendo, contamos com a aprovação do presente projeto de lei, por atender de melhor forma a população residente em São Jorge d'Oeste.

PROJETO DE LEI Nº 430/99

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APAE do Município de Cambará, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data, imediata a sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.08.99.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cambará, fundada em 29.07.88 destinada a atender as crianças deficientes deste município, mantedora da Escola Recanto do amor.

É uma entidade civil, sem fins lucrativos, promove a educação e desenvolvimento das crianças portadoras de deficiências, bem como, prestar serviços a comunidade, principalmente, aos pais desta crianças.

Face as características e postura referidas, requer-se então declaração de Utilidade Pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994 de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 431/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O funcionário público estadual, civil ou militar, quando transferido para outro Município, ficará isento do pagamento da taxas decorrentes da expedição de novo Certificado de Registro de Veículos, prevista no art. 123, inc. II, da Lei 9.503/97 (Código Brasileiro de Trânsito).

Parágrafo Único - Os dependentes do funcionário público transferido, também estarão isentos da taxa referida no *caput* deste artigo.

Art. 2º - O funcionário público transferido para outro município deverá apresentar os documentos que comprovam sua remoção no Órgão de Trânsito do Município de destino.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.08.99.

ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade isentar o funcionário público, que é transferido para outro município, da taxa de expedição do novo Certificado de Registro de Veículo, prevista no art. 123, inc. II, do novo Código Brasileiro de Trânsito, obrigatória conforme o art. 230 deste mesmo Código, que estabelece infração grave, multa e medida

administrativa de retenção do veículo para regularização, no caso de não ser efetuado o registro.

Na maioria dos casos o funcionário público transferido é ressarcido das despesas efetuadas com a mudança, mas mesmo assim existe vários outros ônus que o servidor tem que arcar, sendo um deles a taxa de expedição do novo Certificado de Registro de Veículos. Esta proposta é uma forma de desonerar o servidor público estadual de mais esta despesa, evitando prejuízos maiores em virtude da transferência.

Ante ao exposto, peço a análise dos nobres Pares, para podermos aprovar este projeto que será uma forma de minorar as despesas que o Servidor Público Estadual têm quando de sua transferência.

PROJETO DE LEI Nº 432/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica anistiado do pagamento da taxa de religação de água os cidadãos que tiveram o abastecimento interrompido em razão da falta de pagamento.

Art. 2º - Serão beneficiários desta lei os cidadãos residentes no Estado do Paraná, desempregados ou cuja renda familiar não ultrapasse a 2 (dois) salários mínimos mensais.

Art. 3º - O benefício previsto nesta lei não poderá ser requerido mais de uma vez pelo mesmo usuário.

Art. 4º - Para aquisição do benefício o interessado deverá procurar o escritório mais próximo da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) ou da empresa fornecedora de água de seu município, apresentando a respectiva Carteira de Trabalho (CTPS), cópia da última rescisão de contrato de trabalho, bem como firmar termo declarando não possuir outras fontes de renda, quer informais, desde que não ultrapassem a 2 (dois) salários mínimos mensais.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.08.99.

(aa) PÉRICLES MELLO
HERMES FONSECA
NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa anistiar do pagamento da taxa de religação de água as famílias paraenses que tiveram seu abastecimento de água

interrompido em razão de falta de pagamento, a partir do dia 1º de janeiro de 1999.

Segundo a SANEPAR, no período de 1º.01 a 31.05.1999, mais de 500 mil residências tiveram o abastecimento de água interrompido no Estado do Paraná. A média mensal de cortes no Estado chega a mais de 100 mil residências. É indiscutível que grande parte destas interrupções está relacionada à grave crise econômica e social por que passa nosso país, cujo efeito mais visível é o desemprego em escala crescente e a perda do poder aquisitivo de toda a população.

A medida contida nesta lei tem por objetivo socorrer aos cidadãos que mais necessitam, ou seja, os desempregados e os que possuem renda familiar mensal não superior a 2 (dois) salários mínimos mensais. Neste momento de aguda crise em que vivemos, o pagamento desta taxa, especialmente para estas famílias, torna-se penoso pois, em grande parte dos casos, o valor desta taxa corresponde a quase o triplo do que o usuário deve com o consumo de água. Segundo informações obtidas junto à SANEPAR, quando o usuário deixa de pagar sua conta de água por até dois meses, a taxa de religação custa atualmente R\$5,35 (cinco reais e trinta e cinco centavos). Mas quando o atraso persiste por dois meses ou mais, esta taxa eleva-se para R\$ 89,59 (oitenta e nove reais e cinquenta e nove centavos).

Entendemos que esta medida, de caráter emergencial, tem um largo alcance social, pois além de anistiar estes cidadãos do pagamento da taxa de religação de água, assegura seu acesso a um bem público, cuja importância para a saúde e bem estar de qualquer pessoa é desnecessário mencionar.

Assim sendo, solicitamos o apoio dos nobres Pares desta colenda Casa, para que possamos aprovar uma medida que irá beneficiar milhares de famílias paranaenses.

PROJETO DE LEI Nº 433/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica anistiado do pagamento das contas de água os cidadãos que tiveram o abastecimento interrompido em razão de falta de pagamento.

Art. 2º - Serão beneficiários desta lei os cidadãos residentes no Estado do Paraná, desempregados ou cuja renda familiar não ultrapasse a 2 (dois) salários mínimos mensais,

Art. 3º - A Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), assim como as demais empre-

sas fornecedoras de água existentes no Estado do Paraná, deverão efetuar a religação do abastecimento de água aos beneficiários imediatamente após a comprovação de enquadramento na presente lei.

Art. 4º - O benefício de que trata a presente lei fica limitado aos domicílios que não ultrapassaram o consumo mensal de 15 (quinze) metros cúbicos de água.

Art. 5º - O benefício de que trata a presente lei não poderá ser requerido mais de uma vez pelo mesmo usuário.

Art. 6º - Para aquisição do benefício o interessado deverá procurar o escritório mais próximo da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) ou da empresa fornecedora de água de seu município, apresentando a respectiva Carteira de Trabalho (CTPS), cópia da última rescisão de contrato de trabalho, bem como firmando termo declarando não possuir outras fontes de renda, quer informais, desde que não ultrapassem a 2 (dois) salários mínimos mensais.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.08.99.

(aa) PÉRICLES MELLO

HERMES FONSECA

NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa anistiar do pagamento das contas de água os cidadãos paranaenses que tiveram o abastecimento de água de suas residências interrompido em razão de falta de pagamento. Esta medida objetiva socorrer aos cidadãos que mais precisam, ou seja, os desempregados e os que possuem renda familiar mensal não superior a 2 (dois) salários mínimos mensais. As famílias enquadradas nesta faixa de renda têm grandes dificuldades para pagar suas contas de água - assim como outras tarifas, taxas e tributos - uma vez que, segundo dados do IBGE, são as que possuem maior quantidade de dependentes em relação a outras faixas.

Nesses tempos de profunda crise social e econômica, cabe ao parlamento, mais que nunca, encontrar alternativas que, ao menos, minimizem o desconforto e o sofrimento destas famílias, causado pelo desemprego e pela perda do poder de compra dos salários.

Anistiando o pagamento das contas de água atrasadas, garante-se a estas famílias alguma tran-

qüilidade, além de assegurar seu acesso a um bem essencial para sua saúde e bem estar.

Assim sendo, solicitamos o apoio dos nobres Pares desta colenda Casa, para que possamos aprovar uma medida que irá beneficiar milhares de famílias paranaenses.

PROJETO DE LEI Nº 434/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Arapoti, uma área de terras, medindo 61,44 alqueires (sessenta e um alqueires e quarenta e quatro centésimos de alqueires), registrada sob nº 1808, do livro de Transcrição das Transmissões, nº 3-C, as fls. 44, de 27.10.1947, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jaguariaíva.

Parágrafo Único - O imóvel de que trata o art. 1º, desta lei será destinado a construção da Escola Agrícola de Arapoti e de um Centro de Produção.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.08.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A área de terras que se pretende doar ao Município de Arapoti visa dar uma destinação útil ao antigo Colégio Agrícola Estadual de Arapoti, que se encontra desativado, sem mudar a sua destinação.

O Município de Arapoti, por seus habitantes, doou ao Estado do Paraná, em 1947, uma área de 61,44 alqueires, por Escritura Pública lavrada, em 21.10.1947, pelo Tabelionato Almedes C. de Medeiros de Arapoti, para ali ser construído um Colégio Agrícola pelo Estado do Paraná, o que, realmente, aconteceu.

Em virtude, de alterações ocorridas na legislação educacional, o Colégio Agrícola foi desativado e o prédio encontra-se abandonado.

O Município de Arapoti, pretende a volta da área para seu domínio, visando implantar uma Escola de Ensino Fundamental de 1ª a 8ª Série, conforme projeto em anexo, mantendo sua destinação inicial e ampliando suas atividades, criando um Centro de Produção para pequenos produtores.

Face a sua localização na PR-092 e a área construída de 3.156 m², o objetivo pretendido, é perfeitamente viável, beneficiando uma economia, em 80% (oitenta por cento) voltada para a agropecuária.

O projeto apresentado é de grande alcance econômico e esperamos contar com sua aprovação pelos nobres Deputados desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes, consulto as Lideranças Partidárias.

PT, PTB, PPB, PSC, PDT.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Na manhã de hoje, na cidade de Castro, os Senhores Prefeitos da Região dos Campos Gerais, liderados pelo Prefeito Claudimir, que foi o anfitrião, tiveram uma reunião de trabalho na qual a pauta era o transporte escolar, já que o prazo dado ao Governo do Estado venceu no dia de ontem.

Antecipadamente ao dia do vencimento do compromisso dado pelos Senhores Prefeitos, lá esteve em Castro, o Chefe da Casa Civil, juntamente com o Secretário de Obras, Augusto Canto, e fizeram com que os Senhores Prefeito, tivessem em posição uma proposta do Governo que seria mais ou menos, no seguinte teor: - inclusive, foi transcrita através de uma entrevista do Prefeito Braga - de uma nova proposta para amenizar a crise do transporte escolar dos municípios.

O Governo, mostrando o quadro de números, dizia que não tinha dinheiro para dar ao transporte escolar. Dinheiro este, mais ou menos na ordem de 39 milhões de reais, para os 399 municípios dos Estado, que corresponderia a 50% do salário educação da verba que o Governo Federal repassa ao Governo do Estado.

Então, Senhor Presidente e Senhores Deputados, naquela oportunidade, os dois Secretários fizeram uma proposta de que esse ano, com o transporte escolar já efetivado, os gastos realizados seriam trocados por serviços, maquinários, por assistência técnica, porque o Governo não teria meios ou recursos financeiros, a não ser recursos materiais e humanos para repor aquele dinheiro gasto.

Empenhou o Senhor Chefe da Casa Civil e o outro Secretário, que no próximo ano, através de uma emenda orçamentária, teria já colocado no orçamento do Estado, o dinheiro referente, como se fosse este ano, os 39 milhões de reais, aos 399 municípios do Paraná.

O Prefeito Braga e os demais Prefeitos, entendendo que esta é a melhor saída, realmente é nesta oportunidade que se encontra a situação caótica do Governo, aceitou a proposta e vai fazer com que até o final do ano, nesses três meses e meio que faltam do "currículo" escolar, com ônus, com sacrifício,

irão fazer o transporte escolar, recebendo em troca uma ajuda material e uma ajuda de assistência técnica, porque o Governo não tem dinheiro para dar ao transporte escolar da 5ª a 8ª séries, que é de sua responsabilidade.

No próximo ano, nós que já nos empenhamos nesse caso - quero antecipar ao Senhor Presidente e Senhores Deputados - que se o Governo não incorporar o transporte escolar pela palavra empenhada com os Senhores Prefeitos, para o próximo ano, estaremos entrando neste Plenário, com uma emenda orçamentária deste valor, para que todos os Prefeitos do Paraná, no próximo ano, não tenham que tirar do bolso e trocar por material de assistência técnica, e até empréstimos de máquinas.

Proposta do Governo do Estado, a troca do dinheiro gasto pelos Senhores Prefeitos do Paraná. Acredito que esta proposta - já que o nosso tempo é dividido pelo nosso Líder, o Deputado Edgar Bueno - voltaremos com mais profundidade a este assunto de suma importância a esta Casa e a todo o Paraná.

O Sr. Irineu Colombo

Vossa Excelência me permite um aparte?
(Assentimento)

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Solicito que Vossa Excelência seja rápido, pois está acabando o tempo do Deputado e está repartindo com o Deputado Edgar Bueno.

O Sr. Irineu Colombo

Pois não, Senhor Presidente.

O assunto é pertinente, contemporâneo. Os municípios estão com uma dificuldade enorme em finanças. A "Lei Kandir" tira dinheiro. O FUNDEF tira dinheiro. Além disso, hoje, os Secretários de Educação não são Secretários de Educação, são Secretários dos Transportes Escolares. O Estado do Paraná tem um déficit com os municípios, na medida em que até agora não deu aos municípios 1/3 do salário-educação, que é uma exigência da legislação federal. O salário educação seria - ao par do programa de transporte escolar - medida que viria colaborar para que os municípios pudessem dar conta da educação, porque os municípios, sofrendo a pressão local dos pais dos alunos que vão até o Prefeito, exigem que transportem o aluno do pré, do ensino fundamental, do médio e até do ensino superior.

Sob a pressão local é que os Prefeitos fazem isso. O que acontece? Os Prefeitos estão ameaçando - e com razão - e deverão fazê-lo para o governo tomar uma decisão - já prometida, por sinal - e deverão paralisar o transporte pelo menos por uma semana, para que o Governo efetivamente dê uma resposta, nem que seja um real

por ano por aluno transportado, mas que dê uma resposta.

Todos os estados brasileiros têm respostas aos municípios, por ajuda ao transporte escolar, menos o Estado do Paraná. Não podemos deixar isso continuar acontecendo!

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Concedo a palavra, no restante do Horário do PDT, ao Deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUNEO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Trago um assunto que é pertinente, estampado na "Gazeta do Paraná" do dia 15.08.99. Trago este assunto porque foi fruto de uma discussão - há menos de um mês nesta Casa - onde foi aprovada a CPI do SERCONTEL e COPEL e que, por pressão de forças estranhas, Deputados cederam e não honraram as suas assinaturas naquela CPI.

Como isso é um assunto que interessa a todos nós e ao Paraná e à nossa população, trago uma denúncia feita neste jornal, para que fique registrado nos Anais desta Casa, porque é uma denúncia séria, que precisa ser investigada. E, para que isso não fique apenas nas manchetes dos jornais, trazemos para discussão nesta Casa.

Gostaria de ler pausadamente essa matéria, porque vai interessar a todos.

(Lê):

"BANDALHEIRA É ISSO

Se o Prefeito de Londrina, Antonio Belinati, puder, gostaríamos que explicasse em detalhes o negócio que vamos narrar: no mandato de seu antecessor, Luiz Carlos Cheida, a Prefeitura de Londrina tomou emprestados 22 milhões de reais com garantia de ações do Sercomtel dos bancos Sudameris, Brascan e FonteCindan. Cheida pagou 10 milhões de reais, deixando um saldo de 12 milhões para Belinati pagar.

MULTIPLICAÇÃO

Antonio Belinati não pagou, e tendo vendido 45% do Sercomtel à Copel por 186 milhões de reais, 'estranhamente', ao invés de receber o dinheiro da Copel e o Município pagar os bancos, mandou a Copel pagar-lhes diretamente, o que resultou num valor de 47 milhões, que somados aos 10 milhões pagos por Cheida se transformaram de 22 milhões em 57 milhões de reais.

PERGUNTAS

1ª - Por que a Copel pagou diretamente aos bancos e não ao Município de Londrina, como seria o correto?

2ª - Por que, por um saldo de 12 milhões de reais que Londrina devia aos bancos Brascan, FonteCindan e Sudameris, foram pagos 47 milhões?

3ª - Quem 'embolsou' a diferença de 12 milhões para 47 milhões de reais, que resultam numa 'mixaria' de 35 milhões?

4ª - Por que o secretário de governo Gino Azolin, que participou de toda esta negociação (ou será 'negociata'?), deixou silenciosamente o governo e se recusa a falar sobre o assunto.

5ª - Outras perguntas temos a fazer ao prefeito Antonio Belinati, mas vamos esperar que responda estas, para formular as demais na sequência. Se não houverem respostas, faremos as demais perguntas, já com as devidas respostas."

Senhores Deputados, acho que esta é uma denúncia muito séria, que envolve dinheiro público e precisamos registrar nos Anais desta Casa, para que esta matéria não fique esquecida.

Concedo aparte ao Deputado Hermas Brandão.

O Sr. Hermas Brandão

Por favor, o Senhor poderia dizer o nome do jornal onde saiu a matéria?

O SR. EDGAR BUENO

Jornal "Gazeta do Paraná". Domingo, 15 de agosto de 1999, página 16.

Concedo aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Edgar Bueno, vejo Vossa Excelência lendo uma denúncia da questão da SERCOMTEL e acho que Vossa Excelência perdeu a oportunidade de fazer esta denúncia por escrito ao próprio Prefeito de Londrina Antonio Belinati, para que ele pudesse lhe responder, assim se tornariam mais fáceis as explicações, porque esta liderança não as tem.

O SR. EDGAR BUENO

Muito obrigado pelo aparte e com certeza absoluta eu não estava pedindo e nem imaginando que o senhor pudesse dar estas explicações, porque é um assunto do Município de Londrina.

Porém, é pertinente trazê-lo aos Anais desta Casa, para que fique registrado e a população possa investigar toda esta questão da SERCOMTEL de Londrina.

Concedo aparte ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Deputado, vejo com propriedade a denúncia que Vossa Excelência traz, já foi objeto da tentativa de uma Comissão Parlamentar de Inquérito a

respeito do desvio de dinheiro público numa negociação envolvendo as ações da SERCOMTEL.

A Liderança do Governo insiste - e acho que insiste equivocadamente - em tentar transformar este episódio - que até agora não foi explicado - numa questão da Prefeitura de Londrina. É uma questão que envolve o governo do Estado do Paraná, envolve o Secretário de Finanças, envolve a Chefia do Governo do Estado do Paraná e envolve a empresa de energia elétrica do Estado, a COPEL, porque foi COPEL, foi um dinheiro dos acionistas e dos contribuintes do Estado do Paraná que procedeu a compra das ações do SERCOMTEL e a Prefeitura de Londrina, inclusive, discriminou as contas a serem pagas neste episódio, as contas a serem pagas na Prefeitura de Londrina, no caso o Banco FonteCindan e o Banco Sudameris.

Então, não entendo por que a Liderança do Governo deixa de reconhecer que este é um problema que também paira dúvidas a respeito da ação do Governo do Estado do Paraná.

Ora, se não tivesse nenhuma empresa do Estado envolvida nesta negociação, o Líder do Governo, o Chefe da Casa Civil ou o Governador - seja lá quem for - em nome do Governo do Estado estaria com toda a razão. É uma negociação única e exclusivamente entre a empresa municipal e a Prefeitura de Londrina. Mas mesmo que fosse somente uma negociação entre a empresa SERCOMTEL e a Prefeitura de Londrina, caberia à Assembléia Legislativa aprofundar e desenvolver as investigações necessárias para que este fato estivesse elucidado.

É uma das atribuições da Assembléia Legislativa, inclusive, se for necessário, devassar as contas de qualquer Prefeitura Municipal do Estado do Paraná. Não se tem autonomia financeira do ponto de vista de investigação às Prefeituras Municipais. É uma atribuição constitucional da Assembléia Legislativa, mesmo que não houvesse o comprometimento da COPEL neste episódio, Senhor Presidente, seria tarefa constitucional e dever dos Deputados procurar esclarecimentos sobre esta transação nebulosa que Vossa Excelência traz para ficar mais uma vez registrado e cobrando da Assembléia Legislativa um posicionamento.

Era só para esclarecer este mal entendido que a Liderança do Governo tem a respeito da matéria, que me pronuncio.

Vossa Excelência está de parabéns por trazer esta discussão à tona.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Se Vossa Excelência permitir, gostaria de ceder alguns minutos do Horário do PTB - dois minutos - e com a permissão do Deputado Edgar

Bueno, gostaria de também tecer comentários sobre os comentários feitos aqui pelo Deputado Vanhoni.

(Assentimento)

Só gostaria de dizer ao Deputado Ângelo Vanhoni, que o que cabia ao Governo do Estado - dar explicações através da COPEL - a COPEL o fez num pedido de informações da própria Assembléia Legislativa, o fez por escrito à Assembléia Legislativa.

Era somente este o esclarecimento que queria fazer.

O SR. EDGAR BUENO

Concluindo, e também já encerrando, só queria ressaltar que esta matéria é da "Gazeta do Paraná", do dia 15 de agosto, na página 16, na coluna do jornalista Sérgio Ricardo, e peço que se registre nos Anais da Assembléia Legislativa.

Era isto, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Consulto a Liderança do PSL. PSDB. PMDB. PT. PFL. PSB. Liderança do Governo.

(Todas declinaram).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antonio Carlos Baratter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Miltinho Puppio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Luiz Fernandes "Litro", constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria dos Senhores Deputados Péricles Mello, Hermes Fonseca e Nereu Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 359/99, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Missionária Oriental, com sede e foro no Município de Londrina. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovado.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 437/96, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que dispõe sobre o tratamento dos casos de hipotireoidismo congênito e fenilcetonúria, diagnosticados precocemente, de conformidade com a Lei Estadual nº 8.627/87 e Portaria Ministerial nº 22/92. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. Aprovado.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 143/97, de autoria do Deputado Caíto Quintana, anexo Projeto nº 215/97, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que determina que as Câmaras Municipais e a Assembléia Legislativa do Estado sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos estaduais para os municípios e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F..**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 143/97.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 163/97, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria

de Estado da Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher, no Município de Francisco Beltrão. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo. Este projeto vai a C.C.J. para apreciação de emenda.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 194/99, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que dispõe sobre a aplicação da metade do ICMS recebido pelos municípios nos termos do artigo 2º da Lei nº 9491, de 21/12/1990, nas áreas de reservas indígenas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Fundação Lions Clube Curitiba-Centro, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 32, de 26.04.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 198/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação Lions Clube Curitiba-Centro, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.08.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 322/99, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Flor da Serra, com sede e foro no Município de Realeza / PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 69, de 15.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 322/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento

Comunitário de Flor da Serra, com sede e foro no Município de Realeza.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 337/99, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Infância Desembargador Lauro Lima Lopes, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 72, de 17.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 337/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marcos Isfer, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Desembargador Lauro Lima Lopes, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.08.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 349/99, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública o Centro de Atendimento Familiar Santa Rita, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **EMENDA DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 76, de 22.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 349/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Algaci Túlio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Atendimento Familiar Santa Rita, localizado nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável, na forma de emenda corretiva para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.08.999.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 349/99

O artigo 1º deste projeto de lei, passa a vigir com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Atendimento Familiar Santa Rita, com sede e foro nesta Capital”.

Sala das Comissões, em 03.08.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Curiúva. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 81, de 28.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 364/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Curiúva.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável, na forma de emenda corretiva, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.08.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 364/99

O artigo 1º deste projeto de lei, passa a vigir com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Curiúva”.

Sala das Comissões, em 03.08.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1741, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1744, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1746 e 1752, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1749, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1751, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1756 e 1757, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor Presidente, eu já preparava para fazer um comunicado, aproveito já o requerimento do Deputado Ângelo Vanhoni para informar os componentes da Comissão de Segurança Pública da Assembléia que teremos uma audiência com o Secretário da Segurança Pública, Cândido Manuel Martins de Oliveira, hoje às 17:00 horas juntamente com a Comissão de Segurança da Câmara Municipal de Vereadores e com a comunidade da Vila Izael para tratar exatamente da questão do Centro de Triagem, que a princípio já está resolvido graças a Deus, mas de qualquer maneira oficializa-se a audiência às 17:00 horas de hoje.

Por isso, convido os Deputados da Comissão de Segurança para que nos acompanhem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo mais, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 274/99.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 399/99;
e do Projeto de Resolução nº 008/99.

Marca ainda uma Sessão Ordinária, para terça-feira, dia 17, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 320 e 321/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 198, 322, 337, 349, 364 e 399/99;
e do Projeto de Resolução nº 008/99.

Levanta-se a sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a Presidência do Senhor Deputado Ricardo Chab, mais a presença dos Deputados: Serafina Carrilho, Moysés Leônidas, Luiz Carlos Alborghetti e Edson Strapasson. A seguir o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e, como nada constasse na Hora do Expediente passou-se a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 136/99, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia. Relator: Deputado Moysés Leônidas. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Mirian Ribeiro Percinoto, Secretária desta Comissão.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
Mirian Ribeiro Percinoto - Secretária

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de junho do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a Presidência do Senhor Deputado Ricardo Chab, mais a presença dos Deputados: Serafina Carrilho, Luiz Carlos Alborghetti e Edson Strapasson. A seguir o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e, como nada constasse na Hora do Expediente passou-se a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 169/99, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões. Relator: Depu-

tado Edson Strapasson. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Mirian Ribeiro Percinoto, Secretária desta Comissão.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
Mirian Ribeiro Percinoto - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a Presidência do Senhor Deputado Ricardo Chab, mais a presença dos Deputados: Serafina Carrilho, Edson Strapasson e Ângelo Vanhoni. A seguir o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e, como nada constasse na Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 224/99, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães. Relator: Deputado Edson Strapasson. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 252/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relatora: Deputada Serafina Carrilho. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 268/99, de autoria do Deputado Edno Guimarães. Relator: Deputado Edson Strapasson. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Mirian Ribeiro Percinoto, Secretária desta Comissão.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
Mirian Ribeiro Percinoto - Secretária da Comissão

COMISSÃO DE REDAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Deputado Ângelo Vanhoni apresentou Redação Final aos Projetos de lei nºs 182/99, 277/99, 293/99 e 315/99, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o

Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a Presidência do Senhor Deputado Ricardo Chab, mais a presença

dos Deputados Serafina Carrilho, Edson Strapasson e Ângelo Vanhoni. A seguir o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e, como nada constasse na Hora do Expediente passou-se a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 229/99, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões. Relator: Deputada Serafina Carrilho. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Mirian Ribeiro Percinoto, Secretária desta Comissão.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
Mirian Ribeiro Percinoto - Secretária da Comissão